



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

**PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS
EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)**

MORRO DA FUMAÇA

61 Anos

Prefeito (a) Municipal

Agenor Coral

Vice-Prefeito (a)

Eduardo Sartor Guollo

Secretário (a) Municipal de Saúde

Marijane Felipe

Diretora Superintendente Municipal de Meio Ambiente

Silvia Sartor Roseng

Secretário (a) Municipal de Infraestrutura

Natan de Souza

Diretora do Departamento Municipal de Assistência Social

Saionara Freitas

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Eduardo Back

Patrícia Da Rosa Satiro Zanette

2023



1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0			
Revisão 1			
Revisão 2			

2. Compartilhamento do plano via site oficial Prefeitura

Local	Responsável
www.morrodafumaca.atende.net	Emerson Justo

3. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone(s)
Secretária Municipal de	Marijane Felippe	saude@morrodafumac a.sc.gov.br	(48)991833766



Saúde			
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRE S (Fiscais sanitarista)	Eduardo Back Patrícia Da Rosa Satiro Zanette	sanitaria.saude@morr odafumaca.sc.gov.br	(48)996051936 (48)999341690

4. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes
I. Eduardo Back
II. Patrícia Da Rosa Satiro Zanette
Colaboradores
I. Inês Eulália Reis
Revisores
I.
II.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Lista de Abreviaturas

ACS – Agente Comunitária de Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

SUS – Sistema Único de Saúde



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. OBJETIVOS.....	8
2. MARCO LEGAL E NORMATIVO.....	9
3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	13
4. HISTÓRICO DE DESASTRES NATURAIS.....	35
5. GESTÃO DE RISCO EM DESASTRES.....	39
6. ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA.....	65
7. INFORMAÇÕES A POPULAÇÃO.....	67
8. CAPACITAÇÕES.....	68
9. REFERÊNCIAS.....	68
10. ANEXOS.....	69



APRESENTAÇÃO

Uma emergência em saúde pública caracteriza-se como uma situação que demande o emprego urgente de medidas de prevenção, de controle e de contenção de riscos, de danos e de agravos à saúde pública em situações que podem ser epidemiológicas (surto e epidemias), de desastres, ou de desassistência à população. É necessário que o Sistema esteja preparado para enfrentar o problema minimizando os efeitos à população atingida, com estratégias já estabelecidas e planejadas para que o poder de resposta seja o mais ágil possível, amenizando os riscos à saúde. Nas últimas décadas, um elevado número de epidemias e desastres naturais foi detectado e tais eventos provocaram grandes impactos à saúde pública. Nesse cenário, destaca-se o grande número de doenças transmissíveis e ocorrência sucessivas de epidemias e surtos e o aumento na frequência e intensidade de desastres causados pelas mudanças climáticas no mundo.

A Lei 8.080/1990 do Ministério da Saúde dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. De acordo com o Art. 18 dessa lei compete ao setor saúde, no âmbito da esfera municipal, planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde. Dessa forma, o município deve estar preparado e organizado para direcionar e executar ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta, reabilitação e reconstrução no que compete à saúde em relação aos desastres. Dessa forma, é preciso elaborar previamente estratégias para a redução de riscos, manejo do desastre e reconstrução, envolvendo os gestores locais e a sociedade. Essas estratégias devem ser baseadas nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente a integralidade e a equidade, compreendendo o planejamento da atenção integral do cuidado.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O Estado de Santa Catarina aprovou por meio da Deliberação 99/CIB/2022 a elaboração de ações do VIGIDESASTRES no Estado, e deliberou que os municípios devem apresentar o Plano Municipal de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública (PPR-ESP), para facilitar de forma qualificada e cooperativa, as ações de atuação em situações de epidemias e desastres que demandem emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, com danos e agravos à saúde pública, considerando características geográficas, demográficas, epidemiológicas, ambientais e climatológicas de cada localidade.



2. OBJETIVOS

1.1 Objetivo Geral

Desenvolver ações para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde aos desastres, reduzir doenças e agravos decorrentes deles, bem como, os danos à infraestrutura da saúde. Este Plano estabelece estratégias para a atuação em emergência em saúde pública por desastres de origem natural e tecnológica. Sua organização propõe uma atuação baseada na gestão do risco, contemplando ações de redução do risco, manejo dos desastres e recuperação dos seus efeitos. Além disso, atua na articulação das agendas de mudanças climáticas e seus efeitos à saúde humana. Intensificando ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, buscando minimizar o impacto e os riscos decorrentes das situações adversas.

1.2 Objetivos Específicos

- 1- Levantar informações sobre desastres já ocorridos e as vulnerabilidades existentes;
- 2- Realizar o Levantamento da capacidade de resposta;
- 3- Mapear os riscos potenciais e estabelecer estratégias de atuação;
- 4- Preparar o setor saúde para atender à população atingida;
- 5- Organizar medidas de atuação conjunta entre os setores públicos, como por exemplo: Secretaria de Saúde, Defesa Civil Secretaria da Agricultura



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

e DMER, Corpo de Bombeiros, Setor de Assistência Social, Setores de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, EPAGRI e Polícia Militar;

- 6- Estabelecer um fluxo de comunicação para fortalecer a participação social e a educação em saúde.

2. MARCO LEGAL E NORMATIVO

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão



técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.

- Decreto nº 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.



- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
- Portaria nº 188 (2020): “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.
- Decreto nº 10.212 (2020): “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Portaria SES nº 614 (2021): visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”.
- Portaria SES nº 615 (2021): visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES) ”.
- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.
- PORTARIA GM/MS Nº 4.085, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2022 (Link: <https://brasilsus.com.br/index.php/pdf/portaria-gm-ms-no-4-085/>)
- PORTARIA GM/MS Nº 4.185, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022(Link: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-4.185-de-1-de-dezembro-de-2022-448022546>).
- PORTARIA nº 814, DE 05 DE AGOSTO DE 2022 (Link para baixar pdf: <https://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/index.php/component/phocadow>



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

[nload/category/189-programas-de-monitoramento/201-vigiagua/204-legislacoes.html?download=325:portaria-814-2022-hipoclorito&Itemid=109](#))

- Nota Técnica N.º 004/2021 - DIVS/SUV/SES/SC, orienta sobre o controle relacionado aos Veículos Transportadores de Água para Consumo Humano (Carros Pipas) no Estado de Santa Catarina.
- Nota Técnica Conjunta DIVS e Defesa Civil N.º 002/2022, dispõe sobre a regulamentação do uso de Kit para Transporte de Água fornecido pela Defesa Civil do Estado de Santa Catarina para os municípios em enfrentamento da estiagem.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

3.1 Aspectos Socioeconômicos

O município de Morro da Fumaça/SC possui um território de 82,818 km². De acordo com os dados do IBGE, no ano de 2010 a densidade demográfica do município era de 194, 01 habitantes por Km².

Segundo dados do IBGE de 2021, população total é de 18.095 habitantes. De acordo com o sistema de cadastro da Secretária de Saúde, Morro da Fumaça possui 5718 famílias. A faixa etária dos habitantes está dividida em:

* Crianças e adolescentes de 0 a 19 anos - 3873 pessoas

* Adultos de 20 à 59 anos – 8537 pessoas



* Idosos acima de 60 anos – 2315 pessoas

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Morro da Fumaça possui um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,738. A escolarização da população é de 98, 1% (IBGE 2010).

3.3 Atividades Econômicas

Os principais empresários e empresas são de famílias tradicionais da cidade. A cerâmica sempre foi a atividade que mais movimentou a economia em Morro da Fumaça e o município é conhecido por suas olarias. Hoje a diversidade de empresas como de embalagens, produção de máquinas e têxteis ajudam na economia da cidade. O fato da maioria das empresas ser de famílias tradicionais de Morro da Fumaça é um fator importante por concentrar o investimento no município.

Os principais ramos econômicos são:

- Indústrias Cerâmicas, com produção de tijolos;
- Indústrias de Confeção e Facção;
- Agricultura, dominada principalmente pela cultura de arroz;
- Beneficiamento de Arroz e
- Extração de argila e areia.



3.4 Características Físicas

3.4.1 Clima

O clima de Morro da Fumaça é classificado como subtropical Cfa, com chuvas regulares o ano todo. Geadas ocorrem esporadicamente, sendo mais comuns em anos mais frios. A temperatura média anual da cidade é de 18 °C. No verão, as temperaturas facilmente ultrapassam os 30 °C. No inverno, as temperaturas mínimas podem ficar abaixo dos 10 °C.

Analisando o histórico dos últimos 10 anos do município de Morro da Fumaça foi possível constatar a incidência de diversos eventos climáticos que causaram desastres ambientais, prejuízos à população e aumento de demanda nos atendimentos nos setores da saúde, de infra estrutura, agricultura e do social do município. Os desastres naturais que ocorreram nos últimos anos foram:

- * ENXURRADAS
- * INUNDAÇÕES
- * CHUVAS INTENSAS
- * DESLIZAMENTO
- * DOENÇAS INFECCIOSAS



3.4.2 Pluviometria

Morro da Fumaça tem variação sazonal *significativa* na precipitação mensal de chuva. Chove ao longo do ano inteiro em Morro da Fumaça. O mês mais chuvoso em Morro da Fumaça é *fevereiro*, com média de *139 milímetros* de precipitação de chuva. O mês menos chuvoso é *abril*, com média de *82 milímetros* de precipitação de chuva.

3.4.3 Pedologia

O Serviço Geológico do Brasil SGB/CPRM através da Setorização de áreas em alto e muito alto risco a movimentos de massa, enchentes e inundações realizou no ano de 2014 um relatório da situação no município de Morro da Fumaça, no qual se constatou:

O município de Morro da Fumaça/SC está inserido no domínio de rochas cristalinas da Província Mantiqueira onde ocorrem rochas neoproterozóicas da unidade denominada Granito Imaruí-Capivari. Esta unidade é formada por sienogranitos foliados que se alteram formando solos espessos gerando grandes campos de blocos e matacões. Em contato com as rochas neoproterozóicas estão as unidades holocênicas, que se subdividem em:

1. Depósitos de planície de inundação, formado por areias finas, siltico-argilosas de cores claras, mal selecionadas, com laminação plano-paralela incipiente; concreções carbonáticas e ferruginosas;
2. Depósitos fluviolagunares, constituídos por areias e lamas lagunares, com restos orgânicos vegetais, interdigitados com cascalhos e areias grossas a finas, relacionados a sedimentação fluvial.



A ocupação urbana e rural neste município ocorreu principalmente sobre as planícies de depósitos deltaicos e de planícies de inundação, as quais são áreas naturalmente sujeitas a processos de inundação.

Pontualmente ocupou de forma disseminada a encosta de relevo montanhoso formado pelas rochas da unidade Granito Imaruí-Capivari, onde ocorrem com a presença constante de blocos e matacões. Estas áreas possuem grande potencial para ocorrência de escorregamentos planares e rolamento/queda de blocos.

Na história do município, diversos eventos marcaram a memória. O mais grave em 1974. O evento mais recente data de 2019, onde houve rolamento de blocos e inundação parcial da área urbana.

3.4.3.1 Identificação das Áreas de Risco

Quantidade de setores de risco: 07

Quantidade total de casas em risco: 554

Quantidade total de pessoas em risco: 2.276

Setor 01: 323 casas 1392 pessoas 10 olarias

Setor 02: 55 casas 220 pessoas

Setor 03: 50 casas 200 pessoas

Setor 04: 23 casas 92 pessoas

Setor 05: 66 casas 264 pessoas

Setor 06: 21 casas 84 pessoas

Setor 07: 6 casas 24 pessoas

► ÁREA DE RISCO 1

► Localização: Bairros: Napolini e Paladini



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

► **Ficha Complementar de Análise de Risco:**

SC_MF_SR_01_CPRM

► **Coordenadas Geográficas:** UTM 22S 677023 E 6828983 N



Legenda  Delimitação do setor risco  Sentido da drenagem

Caracterização:

Ocupação sob influência da inundação sazonal dos Rios Linha Torrens e Urussanga. A inundação é condicionada pelo regime de chuvas incidentes na Bacia Hidrográfica do Rio Urussanga e ocorre de forma lenta e gradual. No Bairro Paladini localizam-se as principais Olarias do município. O Bairro Napolini é constituído por edificações de madeira e alvenaria, com vulnerabilidade média a baixa, as vias na região são predominantemente não



pavimentadas, sem sistema de drenagem pluvial e ausência de sistema de esgoto sanitário. Eventos de inundação são recorrentes sendo que o último ocorrido foi em Agosto de 2022.

- ▶ **Evento:** Inundação
- ▶ **Risco:** Alto
- ▶ **Edificações expostas:** 323 casas
- ▶ **Pessoas expostas:** 1392 pessoas

■ **ÁREA DE RISCO 2**

- ▶ **Localização:** Bairro: Centro
- ▶ **Ficha Complementar de Análise de Risco:**
SC_MF_SR_02_CPRM
- ▶ **Coordenadas Geográficas:** UTM 22S 674498 E 6829188 N



Ocupação sob influência da inundação sazonal do Rio Linha Torrens. A inundação é condicionada pelo regime de chuvas incidentes na Bacia Hidrográfica do Rio Urussanga e ocorre de forma lenta e gradual. No local está situado o centro comercial do município. Tipo de ocupação constituída por edificações de alvenaria, com vulnerabilidade baixa. Vias predominantemente pavimentadas, sem sistema de drenagem pluvial e ausência de sistema de esgoto sanitário. Eventos de inundação são recorrentes sendo que o último ocorrido foi em maio de 2019.

► **Evento:** Inundação

► **Risco:** Alto



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

► **Edificações expostas: 55**

► **Pessoas expostas: 220**

► **ÁREA DE RISCO 3**

► **Localização: Bairro: Maccari**

► **Ficha Complementar de Análise de Risco:**
SC_MF_SR_03_CPRM

► **Coordenadas Geográficas: UTM 22S 674097 E 6829798 N**



Legenda



Delimitação do setor risco



Sentido da drenagem



Caracterização: Ocupação sob influência da inundação sazonal do Rio Linha Torrens. A

inundação é condicionada pelo regime de chuvas incidentes na Bacia Hidrográfica do Rio

Urussanga e ocorre de forma lenta e gradual. Ocupação constituída por edificações de madeira e alvenaria, com vulnerabilidade média a alta, as vias na região são predominantemente não pavimentadas, sem sistema de drenagem pluvial e ausência de

sistema de esgoto sanitário. Eventos de inundação são recorrentes sendo que o último ocorrido foi em fevereiro de 2019

- ▶ **Evento:** Inundação
- ▶ **Risco:** Alto
- ▶ **Edificações expostas:** 50
- ▶ **Pessoas expostas:** 200

■ **ÁREA DE RISCO 4**

- ▶ **Localização:** Loteamento Barreiras – Bairro Maccari
- ▶ **Ficha Complementar de Análise de Risco:**
SC_MF_SR_04_CPRM

Coordenadas Geográficas: UTM 22S 673355 E 6830791N



Legenda  Delimitação do setor risco  Sentido da drenagem

Caracterização: Ocupação irregular em praça de pedreira desativada de Prefeitura de Morro da Fumaça. Loteamento de casas precárias com alta vulnerabilidade. No local são observados nas ruas e próximo as casas blocos de rocha granítica que rolaram do talude da pedreira, sendo que em fevereiro de 2014 uma moradia foi atingida por um bloco. Após o evento, a Defesa civil do município removeu 4 casas com risco eminente a atingimento. São visualizados no alto do talude diversos pontos a desmoronamento de fragmentos de rocha e rolamento/queda de blocos.

- ▶ **Evento:** Rolamento / queda de blocos
- ▶ **Risco:** Muito alto
- ▶ **Edificações expostas:** 23
- ▶ **Pessoas expostas:** 92



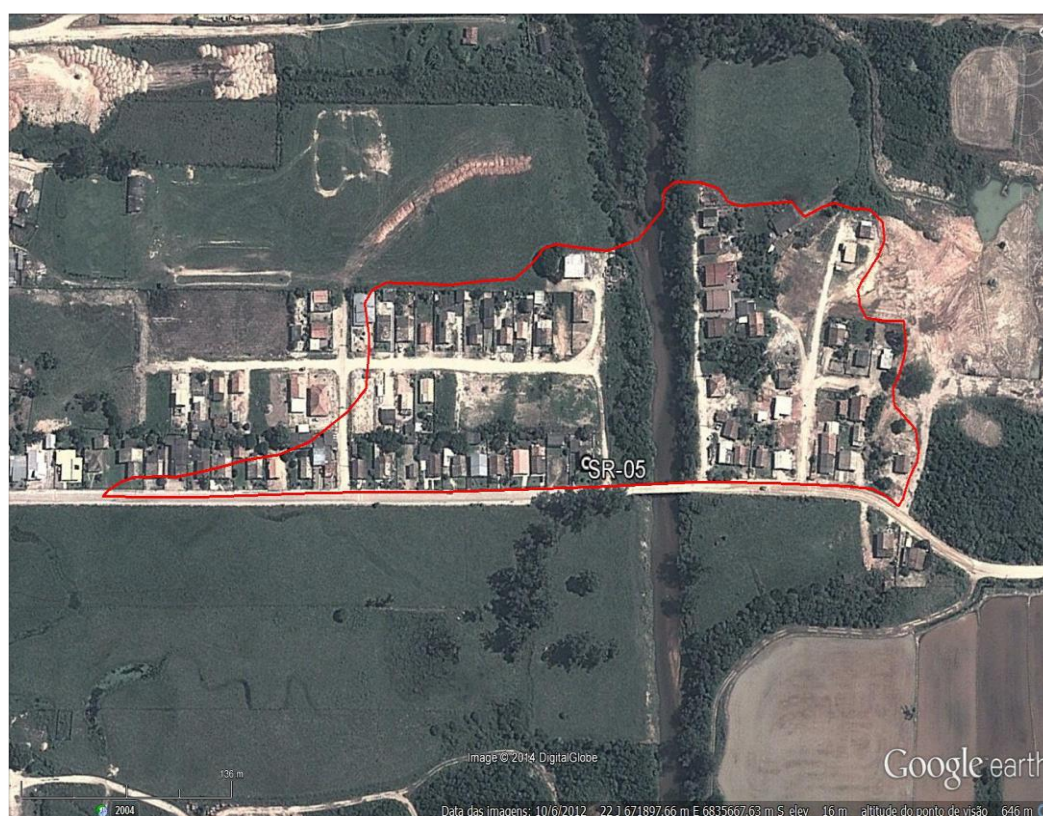
GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

► ÁREA DE RISCO 5

► **Localização: Bairro:** Distrito Estação Cocal

► **Ficha Complementar de Análise de Risco:**
SC_MF_SR_05_CPRM

► **Coordenadas Geográficas:** UTM 22S 671950 e 6835672 N



Legenda

-  Delimitação do setor risco
-  Sentido da drenagem

Caracterização: Ocupação localizada na planície aluvial do Rio Urussanga, sujeita a inundação sazonal. A inundação é condicionada pelo regime de chuvas incidentes na Bacia Hidrográfica do Rio Urussanga e ocorre de forma lenta e gradual. Tipo de ocupação constituída por pequenas edificações de alvenaria, com vulnerabilidade média. Vias sem pavimentação, sem sistema



de drenagem pluvial e ausência de sistema de esgoto sanitário. Eventos de inundação são recorrentes sendo que o último ocorrido foi em fevereiro de 2022.

- ▶ **Evento:** Inundação
- ▶ **Risco:** Alto
- ▶ **Edificações expostas:** 66
- ▶ **Pessoas expostas:** 264

■ **ÁREA DE RISCO 6**

▶ **Localização:** Distrito Estação Cocal, Bairro Vila Rica, Rod SC-445
- face oeste

▶ **Ficha Complementar de Análise de Risco:**
SC_MF_SR_06_CPRM

▶ **Coordenadas Geográficas:** UTM 22S 672449 e 6834440 N



Legenda



Delimitação do setor risco



Sentido da drenagem

Caracterização: Área residencial inundada pelo extravasamento de canal artificial. Este canal deságua no Rio Urussanga e, em situações de cheia do rio, fica represado e transborda. Outros fatores colaboram para a inundação do bairro como o mau dimensionamento das passagens de níveis do canal e a altura da rodovia que impede o rápido escoamento da água em caso de inundação. No último evento de chuvas extremas, em fevereiro de 2014, a altura da água nas ruas e residências atingiu até 1 m. Tipo de ocupação constituída por pequenas edificações de alvenaria e madeira, com vulnerabilidade média. Vias predominantemente sem pavimentação, sem sistema de drenagem pluvial, e ausência de sistema de esgoto sanitário.

► **Evento:** Inundação.

► **Risco:** Alto



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

► **Edificações expostas:** 21

► **Pessoas expostas:** 84

► **ÁREA DE RISCO 7**

► **Localização:** Distrito de Estação Cocal - Bairro Vila Rica, Rod SC 445 - face leste

► **Ficha Complementar de Análise de Risco:**
SC_MF_SR_07_CPRM

► **Coordenadas Geográficas:** UTM 22S 672425 E 6834553 N



Legenda



Delimitação do setor risco



Sentido da drenagem



Caracterização: Ocupação incipiente localizada na planície aluvionar do Rio Urussanga, sujeita a inundação sazonal. A inundação é condicionada pelo regime de chuvas incidentes na Bacia Hidrográfica do Rio Urussanga e ocorre de forma lenta e gradual. São observados novo loteamento em locais que estão sujeitas a inundação. Tipo de ocupação constituída por pequenas edificações de alvenaria, com vulnerabilidade média. Vias sem pavimentação, sem sistema de drenagem pluvial e ausência de sistema de esgoto sanitário. Eventos de inundação são recorrentes sendo que o último ocorrido foi em fevereiro de 2019

- ▶ **Evento:** Inundação.
- ▶ **Risco:** Alto
- ▶ **Edificações expostas:** 6
- ▶ **Pessoas expostas:** 24

3.5 Hidrografia

Segundo a divisão adotada no trabalho “Bacias Hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral” (SANTA CATARINA, 1997a), o município insere-se na área abrangida pela bacia do rio Urussanga, de vertente do Atlântico e faz parte da Região Hidrográfica Extremo Sul Catarinense. Constitui-se na menor bacia desta região hidrográfica, com uma área de drenagem de 580km e uma densidade de drenagem de 1,83 km/km (SANTA CATARINA, 1997a, p. 86).

O principal rio desta bacia é o rio Urussanga, cujas nascentes são formadas a partir da união dos rios América e Carvão, localizadas no município de Urussanga, nas comunidades denominadas Rio América e Rio



Maior. A bacia do Rio Urussanga recebe vários outros afluentes, tais como os rios América, Caeté, Vermelho, Cocal, Ronco D'água, Três Ribeirões, Linha Anta, Linha Torrens. A bacia do Rio está entre as 14 regiões brasileiras ambientalmente mais afetadas do Brasil, atingindo sensivelmente a parte dos recursos hídricos da região. Um dos principais problemas é o seu assoreamento, assim como a extração do carvão e argila às margens do rio, a deposição de lixo e esgoto doméstico, resíduos industriais, desmatamentos, resíduos e alterações provenientes da rizicultura, locais de canalização entre outros. Assim como vários outros rios do país e do mundo, o Urussanga está em estado crítico e merece uma atenção especial, tanto por parte do poder público quanto da população. Devido ao seu assoreamento, praticamente todos os Municípios pertencentes à bacia, decretaram por muitas vezes situações de emergência e até mesmo estado de calamidade pública. Os prejuízos geralmente ocorreram por conta de alagamentos, danos e destruição em vias públicas, rodovias urbanas e rurais, pontes, pontilhões, residências, indústrias, agricultura e sistemas de drenagem. As chuvas que provocam as situações de emergência ocorrem na forma de precipitações de grandes volumes de água em um curto período de tempo, causando transbordamentos de rios e canais.

3.6 Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde possui 10 (dez) Unidades Básica de Saúde, 1(um) Centro de Atenção Psicossocial, Centro de Especialidades Médicas e Farmácia Municipal. São ofertados aos munícipes todos os serviços que o SUS disponibiliza para o atendimento da integralidade da assistência à saúde que envolve a atenção básica, Urgência e Emergência,



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

atenção psicossocial, assistência farmacêutica, rede de laboratórios, como segue:

- Serviços de Atenção Básica como porta de entrada do SUS
- Estratégia de saúde da família
- Serviço de urgência e emergência com encaminhamento às referências
- Encaminhamentos para média e alta complexidade (SISREG)
- Atenção Psicossocial
- Saúde bucal
- Assistência farmacêutica
- Convênio com os consórcios de saúde
- Convênio com laboratórios

Razão Social	Endereço	Cargo	Responsável - Contato
ESF Antônio Maurício Gomes	Rua Manoel C. Serafim, SN, Naspolini	Enfermeira	Janete Bordin - 999178054
ESF Ana Benfato Gobatto	Rua Luiz Maragno, 245, Estação Cocal	Enfermeira	Jucélia Aparecida - 91794238
ESF Perpétua Zeferino Martins	Rua Dunélio Zanelatto, 433, Centro	Enfermeira	Deysiane Genuíno



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ESF Alfredo Valsechi	Rua Natal Sartor, 200, Monte Verde	Enfermeira	Alini Brogni Vieira - 999258986
ESF Iwaldo Luciano	Rua Miguel Teixeira, SN, Graziela	Enfermeira	Carla Niero - 996056274
ESF Clementina Herminia Maccari	R. Jorge Dagostin, Maccari	Enfermeira	Thaise Fernandes - 996106958
UBS Lócio Aristides da Rosa	R. Francisco Mrotzkoski, SN, Vila Rica	Enfermeira	Ionice Goulart Pereira - 999095616
UBS Maria Pagnan	R. Luiz Casagrande, SN, Mina Fluorita	Enfermeira	Ionice Goulart Pereira - 999095616
UBS Fernanda Guollo Magagnin	Estrada Geral Linha Torrens, SN, Linha Torrens	Enfermeira	Alice Pimentel - 999941800
UBS Henrique Cizewski	Estrada Geral Linha Cabral, SN, Linha Cabral	Enfermeira	Alice Pimentel - 999941800
Drogaria Municipal	R. Dunélio Zanelatto, 433, Centro	Farmacêutica	Drielly Florentino - 996574208
CAPS 1 - Semente da Saúde	R. Eugenio Pagnan	Psicólogo	Felipe Pedroso - 984153623
Centro Especialidade	Naspolini	Enfermeira	Mariana Naspolini - 999141401



Médica Rita de Cassia Marcon			
Laboratório de Análises Clínicas Santa Inês Ltda ME	R. Inocente Pagnan, 215, Centro	Bioquímica	Jaqueline Melo Costa - 999255287
Laboratório Preve Ltda ME	R. Eugênio Pagnan, 12, Centro	Bioquímica	Denise Ferraz Tezza – 988255069
Hospital de Caridade São Roque	R. Jorge Silva, 307 - Centro	Médico Chefe	José Luiz Mauricio Pereira -

3.7 Assistência Social

O Setor de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça está localizada em dois endereços o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), fica localizado na rua Francisco Paulo Fernandes, bairro Esperança. O CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) fica localizado na Rua 20 de maio, centro. A coordenação da assistência social do município fica sob responsabilidade de Saionara Freitas e o Setor Social está vinculado à Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Os programas e projetos desenvolvidos no Setor de Assistência Social de Morro da Fumaça/SC são:

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- PAIF - Programa de Atendimento Integral às Famílias
- Programa Família Acolhedora
- Programa Idoso Multiplicador
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

Razão Social	Endereço	Cargo	Responsável - Contato
Fundo municipal de assistência social - CREAS	Rua 20 de Maio, Centro	Diretora do Departamento Municipal de Assistência Social	Saionara Freitas - 999646264
Fundo municipal de assistência social - CRAS	Rua Francisco Paulo Fernandes	Diretora do Departamento Municipal de Assistência Social	Saionara Freitas - 999646264



3.8 Segurança

O Município conta com a Polícia Militar. O responsável é o Sargento Emerson Francisco Miyamoto. A Polícia Civil: composta por um agente policial responsável pela delegacia, Responsável: Agente de Polícia Luisa Brunato.

Razão Social	Endereço	Cargo	Responsável - Contato
Polícia Militar	Rua Vanteiro Margotti, 700, Monte Verde	Sargento	Emerson Francisco Miyamoto Teixeira - 34031355
Polícia Civil	Rua Lavinio Leonel Bittencourt, 150, De Costa	Agente Responsável pela Delegacia	Luisa Brunato - 34031260
1º GBM do Corpo de Bombeiro Militar de Morro da Fumaça	Rua Mario Bertan, Barracão	Subtenente	Cleiton de Bem Albino - 34031446



3.9 Obras

A Secretaria de Obras do Município de Morro da Fumaça está localizada na Rua Inocente Pagnan, nº 21, Bairro Centro. O responsável pelo setor é o Secretário Municipal de Infraestrutura, Sr. Natan de Souza. Telefone: (48) 3434-1700. No Anexo I, consta a lista com os equipamentos e máquinas que a Secretaria possui a disposição para atender à população.

4. HISTÓRICO DE DESASTRES NATURAIS

4.1. Desastres Naturais Ocorridos Nos Últimos Dez Anos.

Mês /Ano	Classificação do Desastre (COBRADE – Anexo XX)	Breve relato
2013		Registro não encontrado
02/2014	1.2.1.0.0 – Inundações e 1.1.3.1.1 – Movimento de Massa, Quedas, Tombamentos e Rolamentos de Blocos	No mês de fevereiro de 2014, Município de Morro da Fumaça, sofreu com a intercorrência de fortes chuvas, ocasionando inundação parcial da área urbana.



2015		Registro não encontrado
2016		Registro não encontrado
2017		Registro não encontrado
2018		Registro não encontrado
05/2019	1.2.1.0.0 – Inundações 1.1.3.1.1 – Movimento de Massa, Quedas, Tombamentos e Rolamentos de Blocos	No mês de maio de 2019, o Município de Morro da Fumaça, sofreu com a intercorrência de fortes chuvas, parte da região central, vários bairros e o distrito foram afetados com inundações, e um ponto com quedas e rolamentos de blocos, várias pessoas tiveram que deixar suas residências para se abrigar em casas de familiares ou abrigos disponibilizados pelo município. Em menos de 24h, as águas baixaram na maioria das áreas, com exceção dos bairros Palladini e Capelinha, por serem áreas mais baixas,



		levaram dias até as famílias poderem retornar as suas casas.
03/2020	1.5.1.1.0 – Doenças Infecciosas Virais Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	No mês de março de 2020, o Município de Morro da Fumaça, assim como em todo mundo, começava a sofrer com as consequências da pandemia do COVID-19. Comércio e boa parte dos estabelecimentos, escolas... ficaram por semanas, meses fechados e/ou tiveram restrições para funcionar. Os primeiros casos da doença começam a aparecer na cidade, nos meses seguintes começam a ter os primeiros óbitos. O Município adota todas as medidas possíveis, a fim de enfrentar a pandemia. A saúde se redobra para atender a população, centro de triagem é instalado para atender as pessoas suspeitas que estejam contaminadas, estabelecimentos de saúde trabalham constantemente para dar conta da demanda dos



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

		casos positivados que dispararam, assim como da o melhor tratamento aos afetados pelo vírus. Órgãos fiscalizadores Polícia e Vigilância Sanitária, reforçam ainda mais as fiscalizações, para fazer cumprir com as legislações de medidas restritivas a fim de reduzir o contágio do vírus.
2021		Registro não encontrado
08/2022	1.2.3.0.0 Alagamentos	No mês de Agosto de 2022, Município de Morro da Fumaça, sofreu com a intercorrência de fortes chuvas, ocasionando alagamento parcial da área urbana. Onde atingiu três bairros, Capelinha, Paladini e Estação Cocal.



5. GESTÃO DE RISCO EM DESASTRES

O Plano Municipal Para Respostas Em Emergências Em Saúde Pública– VIGIDESASTRES sendo estruturado para garantir respostas rápidas, oportunas, eficientes e eficazes, correspondentes ao monitoramento e à prestação de serviços de assistência durante ou imediatamente após uma emergência, a fim de salvar vidas, reduzir os impactos sobre a saúde e atender às necessidades básicas de saúde da população afetada.

Ao oferecer as condições necessárias para organização, orientação e uniformização das ações de saúde a serem realizadas por suas equipes de trabalho, a partir das diretrizes estabelecidas pelo presente Plano, o município de Morro da Fumaça, através da sua Secretaria Municipal de Saúde, assume o compromisso de atuar de acordo com suas atribuições, visando promover a mitigação dos danos à saúde da população, assim como efetuar o controle eficiente, efetivo e eficaz dos eventos adversos à saúde

Em 2022, o Programa VIGIDESASTRES foi instituído neste município e os pontos focais do VIGIDESASTRES atualmente são a Sra. Patrícia da Rosa Satiro Zanette e o Srº Eduardo Back, alocados na Vigilância Sanitária Municipal.



5.1 Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres

Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.
	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.



Etapa	Fase	Objetivo
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS

5.2 Classificação do desastre de acordo com o COBRADE

Desastre	Código COBRADE
Inundações: Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície.	1.2.1.0.0
Movimento de Massa, Quedas, Tombamentos e	1.1.3.1.1



Rolamentos de Blocos As quedas de blocos são movimentos rápidos e acontecem quando materiais rochosos diversos e de volumes variáveis se destacam de encostas muito íngremes, num movimento tipo queda livre. Os tombamentos de blocos são movimentos de massa em que ocorre rotação de um bloco de solo ou rocha em torno de um ponto ou abaixo do centro de gravidade da massa desprendida. Rolamentos de blocos são movimentos de blocos rochosos ao longo de encostas, que ocorrem geralmente pela perda de apoio (descalçamento).	
Alagamentos Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas.	1.2.3.0.0
Doenças infecciosas virais – Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	1.5.1.1.0



5.3 Atuação De Gestão De Risco

5.3.1 Ocorrência de Inundações/Alagamentos

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
	Desenvolver e manter atualizados os plano municipal de preparação e resposta as emergências em saúde pública para aplicação em cada fase da emergência em saúde provocada por inundações, para atendimento às doenças e agravos delas decorrentes	Secretaria de Saúde, Coordenação de atenção básica



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Avaliar a capacidade instalada de serviços de saúde (Unidades de Saúde, Ambulatórios, UPAS, hospitais, etc), incluindo os recursos humanos, na área de abrangência do evento adverso, para atendimento às vítimas imediatas e das pessoas que deverão procurar assistência médica durante e após as inundações;	Secretaria de Saúde, Coordenação de atenção básica
	Realizar inspeções prévias para averiguar as condições estruturais e sanitárias de locais eventualmente destinados para abrigos, Integrando as equipes de saúde responsáveis pelas escolhas, cadastramento, vistorias e definição das estruturas dos abrigos aos demais setores afins para definições e inspeções conjuntas;	Vigilância Sanitária, Defesa Civil e Assistência Social



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Promover o estudo dos dados epidemiológicos das doenças prevalentes no município, que tendem a intensificar-se em circunstâncias de desastres, no conhecimento da cadeia de transmissão dessas doenças, na monitoração de surtos epidêmicos e no controle das doenças e agravos típicos das situações adversas provocadas por inundações, tomando-se como base os dados dos Sistemas de Informação disponibilizados pelo Ministério da Saúde;	Vigilância Epidemiológica
	Providenciar recursos (materiais, equipamentos e veículos) necessários à execução do Plano de Ação para Emergências em Saúde;	Secretaria de Saúde e Secretaria de Infraestrutura



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Relacionar os medicamentos necessários para atendimento à população e manter a rede básica de saúde abastecida com medicamentos, materiais e insumos, para utilização em circunstâncias de eventos adversos;	Assistência Farmacêutica
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de chuvas intensas na região, com possíveis elevação das vazões de água.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura e Defesa Civil.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Defesa Civil e Assistência Social.
	Manter um ponto de referência e Telefone de contato para a	Responsável pela Defesa Civil do município.



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	população solicitar ajuda.	
	Receber os alertas provenientes do Gabinete de Crise do Município. Repassar a todas as instâncias do setor saúde do município, os alertas recebidos do Gabinete de Crise. Convocar os responsáveis pela Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Atenção Básica, Assistência Farmacêutica, SAMU e área administrativa para permanência em alerta frente a eventuais eventos adversos no município.	Secretaria de saúde
	Deslocamento das equipes para as áreas de atuação, após liberação destas pela Defesa Civil.	Administração municipal e secretaria de saúde.



Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
	Articulação intersetorial	Secretarias de Saúde, Agricultura e Obras.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Levantamento do números de famílias atingidas e que necessitem de auxílio por parte do poder público.	Secretaria da Saúde e Assistência Social. Administração Municipal Defesa civil
	Remoção dos munícipes que se encontrem em áreas de risco ou isoladas.	Assistência Social. Defesa Civil e Corpo de Bombeiros
	Realocação das famílias que tiveram as residências atingidas.	Secretaria de Saúde e Assistência Social. Administração Municipal



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

	Vistoria sanitária nos abrigos instituídos no município	Vigilância Sanitária
	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde e distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para o tratamento da água potável.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, através da Vigilância sanitária com as Agentes Comunitárias de Saúde.
	Organizar a Unidade Básica de Saúde para atender aos munícipes que procurem atendimento.	Secretaria de Saúde e Assistência Social
	Fiscalização de estabelecimentos que armazenam, comercializam, manipulam e forneçam alimentos que tenham sido expostos às inundações, efetuando a imediata remoção e destino final adequado dos produtos expostos a tais situações; Fiscalização de estabelecimentos que armazenam, comercializam,	Vigilância Sanitária



	manipulam e forneçam medicamentos, materiais, produtos médico-hospitalares e insumos farmacêuticos que tenham sido expostos às inundações, promovendo a imediata remoção e destino final adequado dos produtos que tenham sido expostos a essa situação; Fiscalização das condições de funcionamento de Serviços de Saúde e de interesse da saúde expostos ou não aos eventos adversos; Fiscalização das condições operacionais do sistema de abastecimento de água, exigindo da concessionária a demonstração documental da regularidade da operação da ETA e da qualidade da água destinada ao consumo da população, de acordo com a legislação estadual, municipal e do Ministério da Saúde em vigor; Fiscalização da qualidade da água retirada de fontes	
--	---	--



	alternativas de abastecimento e destinada ao consumo da população; Fiscalização dos meios de transporte utilizados para transporte de água de fontes alternativas, garantindo a qualidade desta para consumo da população;	
	Disponibilização de equipes médicas (incluindo saúde mental), equipes de enfermagem, equipes da Vigilância em Saúde (Sanitária e Epidemiológica, especialmente) para trabalhos diários nos abrigos, enquanto permanecer a ocupação dessas estruturas;	Secretaria de Saúde



	Intensificar nas ações de rotina a identificação de possíveis criadouros do Aedes aegypti nos estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária, tanto nas áreas externas quanto internas	Agente de Endemias e Vigilância Sanitária
	Discutir com os setores próprios da Gestão Municipal a necessidade de implementação de serviços de coleta dos entulhos (móveis, utensílios e outros) destruídos pelas inundações; Estabelecer com a área de limpeza urbana do município atingido, a necessidade de intensificar a coleta e a disposição adequada dos resíduos sólidos gerados pelos abrigos e áreas críticas/vulneráveis, evitando o acúmulo de lixo e com isso os agravos correspondentes à saúde da população	Secretaria de saúde e Secretaria de infraestrutura
	Orientações com cuidados em acidentes com animais peçonhentos e doenças	Vigilância Epidemiológica



	transmitidas pela água e lama contaminada.	
Reconstrução	Disponibilizar auxílio na recuperação das propriedades atingidas.	Administração Municipal, Secretaria de Obras e Defesa Civil.

5.3.2 Ocorrência de Doenças Infecciosas Virais

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Desenvolvimento de atividades educativas continuadas sobre os cuidados relacionados à prevenção.	Secretaria de Saúde, em conjunto com a Secretaria de Educação.
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRES



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência no aumento de casos de doenças infecciosas virais.	Equipes da Secretaria de Saúde, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Adequar a Unidade de Saúde para atender a demanda relacionada a esse evento adverso.	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Disponer de medicamentos e insumos necessários, e profissionais capacitados para atender a demanda.	Secretaria de Saúde. Administração Municipal.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRES



	Criação da Sala de Situação	Secretaria de Saúde.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto à Secretaria de Estado da Saúde	Secretaria de Saúde Vigilância Sanitária Assistência Farmacêutica.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Levantamento dos munícipes expostos e que necessitem de atendimento.	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Detectar quais os agravos com maior incidência e realizar o manejo específico.	Secretaria de Saúde.
	Readequar os horários de atendimento e escala de trabalho dos profissionais para suprir a demanda.	Secretaria de Saúde.
	Realizar visitas domiciliares e Monitoramento da população para orientar sobre os cuidados com a saúde em relação aos	Secretaria de Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde e Epidemiológica.



	sintomas e possíveis agravos.	
--	-------------------------------	--

5.3.4 Ocorrência De Movimentos De Massas, Quedas, Tombamentos e Rolamentos De Blocos.

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRES
	Desenvolver e manter atualizados os plano municipal de preparação e resposta as emergências em saúde pública para aplicação em cada fase da emergência em saúde	Secretaria de Saúde, Coordenação de Atenção Básica



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	provocada por inundações, para atendimento às doenças e agravos delas decorrentes	
	Avaliar a capacidade instalada de serviços de saúde (Unidades de Saúde, Ambulatórios, UPAS, hospitais, etc), incluindo os recursos humanos, na área de abrangência do evento adverso, para atendimento às vítimas imediatas e das pessoas que deverão procurar assistência médica durante e após as inundações;	Secretaria de Saúde, Coordenação de Atenção Básica
	Realizar inspeções prévias para averiguar as condições estruturais e sanitárias de locais eventualmente destinados para abrigos, Integrando as equipes de saúde responsáveis pelas escolhas, cadastramento, vistorias e definição das estruturas dos abrigos aos	Vigilância Sanitária, Defesa Civil e Assistência Social



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	demais setores afins para definições e inspeções conjuntas;	
	Providenciar recursos (materiais, equipamentos e veículos) necessários à execução do Plano de Ação para Emergências em Saúde;	Secretaria de Saúde e Secretaria de Infraestrutura
	Relacionar os medicamentos necessários para atendimento à população e manter a rede básica de saúde abastecida com medicamentos, materiais e insumos, para utilização em circunstâncias de eventos adversos;	Assistência Farmacêutica



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de chuvas intensas na região, com possíveis elevação das vazões de água.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura e Defesa Civil.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Defesa Civil e Assistência Social.
	Manter um ponto de referência e Telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Responsável pela Defesa Civil do município.
	Receber os alertas provenientes do Gabinete de Crise do Município. Repassar a todas as instâncias do setor saúde do município, os alertas recebidos do Gabinete de Crise.	



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Convocar os responsáveis pela Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Atenção Básica, Assistência Farmacêutica, SAMU e área administrativa para permanência em alerta frente a eventuais eventos adversos no município.	Secretaria de Saúde
	Deslocamento das equipes para as áreas de atuação, após liberação destas pela Defesa Civil.	Administração municipal e secretaria de saúde.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRES
	Articulação intersetorial	Secretarias de Saúde, Agricultura e Obras.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Levantamento do números de famílias atingidas e que necessitem de auxílio por parte do poder público.	Secretaria da Saúde e Assistência Social. Administração Municipal Defesa Civil
	Remoção dos munícipes que se encontrem em áreas de risco ou isoladas.	Assistência Social, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros
	Realocação das famílias que tiveram as residências atingidas.	Secretaria de Saúde e Assistência Social. Administração Municipal
	Vistoria sanitária nos abrigos instituídos no município	Vigilância Sanitária
	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde e distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para o tratamento da água potável.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, através da Vigilância Sanitária com as Agentes Comunitárias de Saúde.



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Organizar a Unidade Básica de Saúde para atender aos munícipes que procurem atendimento.	Secretaria de Saúde e Assistência Social
	Fiscalização das condições de funcionamento de Serviços de Saúde e de interesse da saúde expostos ou não aos eventos adversos; Fiscalização do tratamento e destino final adequados de efluentes sanitários dos sistemas coletivos e individuais atingidos pelas inundações. Estabelecer controle especial para reduzir os riscos com a utilização/exposição a produtos desinfetantes, praguicidas, saneantes e outras substâncias, produtos e insumos que tenham sido expostos às águas das inundações e perdido suas rotulagens e instruções de uso, orientando seu descarte de	Vigilância Sanitária



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	acordo com a legislação em vigor; Fiscalização das condições operacionais do sistema de abastecimento de água, exigindo da concessionária a demonstração documental da regularidade da operação da ETA e da qualidade da água destinada ao consumo da população, de acordo com a legislação estadual, municipal e do Ministério da Saúde em vigor; Fiscalização da qualidade da água retirada de fontes alternativas de abastecimento e destinada ao consumo da população; Fiscalização dos meios de transporte utilizados para transporte de água de fontes alternativas, garantindo a qualidade desta para consumo da população;	



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Disponibilização de equipes médicas (incluindo saúde mental), equipes de enfermagem, equipes da Vigilância em Saúde (Sanitária e Epidemiológica, especialmente) para trabalhos diários nos abrigos, enquanto permanecer a ocupação dessas estruturas;	Secretaria de Saúde
	Discutir com os setores próprios da Gestão Municipal a necessidade de implementação de serviços de coleta dos entulhos (móveis, utensílios e outros) destruídos pelas inundações; Estabelecer com a área de limpeza urbana do município atingido, a necessidade de intensificar a coleta e a disposição adequada dos resíduos sólidos gerados pelos abrigos e áreas críticas/vulneráveis, evitando o	Secretaria de Saúde e Secretaria de infraestrutura



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	acúmulo de lixo e com isso os agravos correspondentes à saúde da população	
	Orientações com cuidados em acidentes com animais peçonhentos e doenças transmitidas pela água e lama contaminada.	Vigilância Epidemiológica.
Reconstrução	Disponibilizar auxílio na recuperação das propriedades atingidas.	Administração Municipal, Secretaria de Obras e Defesa Civil.

6. ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o



restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL,ESPIE, ESPIN,ESPII).

6.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde (item 6.1). Os representantes (listados no quadro abaixo) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.



Lista de representantes da SMS.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone
Marijane Felipe	991833766
Francine Da Soller	991201475
Andresa Zago	999345526
Kellen Vieira	999692487
Patrícia da Rosa Satiro Zanette	999341690
Drielly Florentino	996574208
Henrique Casagrande	991389783

7. INFORMAÇÕES À POPULAÇÃO

O Município de Morro da Fumaça possui diversos meios de comunicação disponíveis para alertar a população sobre os riscos, caso venha ocorrer algum tipo de evento adverso. Com o intuito de informar a população, atualmente são utilizados:



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- O site oficial da prefeitura: <https://morrodafumaca.atende.net>
- Página oficial no Facebook: <https://www.facebook.com/governodemorrodafumaca>
- Página oficial no Instagram: governodemorrodafumaca
- Orientações aos munícipes através das visitas domiciliares das Agentes Comunitárias de Saúde e da Agente de Endemias.

8. CAPACITAÇÕES

As Capacitações serão realizadas pelos profissionais técnicos da Secretária de Saúde do município e do estado, que atuam na área e possuem o conhecimento dos procedimentos necessários para a prevenção, mitigação e recuperação aos desastres.

9. REFERÊNCIAS

- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Defesa Civil. Gestão de Desastres, Florianópolis, 2012.
- INMET. Instituto Nacional de Meteorologia. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Dados Históricos Anuais**. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/dadoshistoricos>. Acesso em: de novembro 2022.
- S2ID, Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Série Histórica**. Disponível em: <https://s2id.mi.gov.br/paginas/series/>. Acesso em: 14 outubro de 2022.



10 ANEXOS

Anexo I

Lista de equipamentos e máquinas

Equipamento/ Máquina	Quantidade	Localização
Caminhão Caçamba	05	4 sede 1 distrito
Caminhão Prancha	01	1 sede
Caminhão Pipa	02	1 sede 1 distrito
Pá Carregadeira	01	1 sede
Escavadeira	01	1 sede
Retro Escavadeira	06	4 sede 2 distrito
Patrola	02	1 sede 1 distrito
Varredeira	01	1 sede



Anexo II

Contatos interinstitucionais

Instituições	Nome	Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)
Representantes do Poder Executivo Municipal: Prefeito, Secretários, Assessores	Agenor Coral	34346100
Poder Legislativo Municipal	Robson Francisconi	34341724
Defesa Civil Estadual e Municipal	Natan de Souza	34344497 ou 991623252
Corpo de Bombeiro	Cleiton de Bem Albino	34031446
SAMU	Camila Martins	192 - emergência
Polícia Civil	Luisa Brunato	34031260
Polícia Militar	Emerson Francisco Miyamoto Teixeira	34031355
Forças Armadas – 28º GAC	Eduardo Moraes Fonseca	34398135
Departamento Municipal de Trânsito	Willian Bruning	34346138
Secretária Municipal de Saúde	Marijane Felipe	34341711
Secretária Municipal de Infraestrutura	Natan de Souza	34341700



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Secretária Municipal de Educação	Greicy Zaccaron	34346113
Departamento municipal de Assistência social	Saionara Freitas	34343197
Fumaf - Fundação do Meio Ambiente	Silvia Sartor Roseng	34344497
Samae – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	Rogério Sorato	34345302
Cermoful – Cooperativa Fumacense de Eletricidade	Rodnei Jose Recco	34348100
Epagri	Bernadete Sartor	34031097
Cidasc	Antônio Nascimento de Oliveira	34031412
Vigilância Sanitária Municipal	Patrícia da Rosa Satiro Zanette	34342442
Vigilância Epidemiológica Municipal	Kellen Vieira	34345435